

OCUPAÇÕES E RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS E AGRÍCOLAS NO ESTADO DO PARANÁ

Marcelino de Souza*
Carlos Alves do Nascimento**

RESUMO

Importantes mudanças econômicas e sociais afetam crescentemente as áreas rurais. Este trabalho analisa as transformações ocorridas a partir do comportamento das ocupações e das fontes de rendas das famílias rurais e agrícolas. A pesquisa utiliza como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 a 2004. Os resultados obtidos revelam uma importante redução do número de famílias rurais pertencentes ao segmento da agricultura familiar; crescimento do número de famílias deste segmento residentes em áreas urbanas envolvidas exclusivamente em atividades agrícolas, mas também de famílias com pluriatividade intersetorial, o que se configura num novo aspecto da ruralidade. Em relação às rendas verificou-se que as fontes de aposentadorias e pensões possuem maior significado entre os agricultores familiares com atividade exclusivamente agrícola, mas também nos grupos de famílias de empregados e conta própria não-agrícolas. Conclui-se que a ênfase na busca de políticas de desenvolvimento para a multiplicação de escalas privadas impôs a concentração espacial e técnica da produção, que, associada ao pequeno dinamismo econômico dos municípios rurais paranaenses, pode resultar na diminuição do universo da agricultura familiar rural. Os resultados apontam tanto para a necessidade da revisão das políticas públicas para estas famílias, como para a continuidade das pesquisas.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; ocupações e rendas; novo rural.

ABSTRACT

Wide economic and social transformation affect rural areas. This paper analyses the evolution of occupations and income sources of country families and agriculturist families in the State of Paraná. To accomplish this task, special micro data sets (containing information from 2001 through 2004 years) from National Household Sample Survey were used. A relevant reduction in the number of families connected to agriculturist family sector is observed. On the other hand, in urban areas the growth of residents exclusively dedicated to agricultural activities is noted, concurrently with the growth of residents occupied in a diversified set of activities. These occupational movements constitute a new feature in rural areas. Going over to the income issue, the income from retirement and pension benefits have greater relevance for agricultural family exclusively dedicated to agricultural activities and also for families with members occupied in other activities and with autonomous members (but not dedicated to agricultural activities). In conclusion, the development policies complying with high scale requirements of production yield spatial and technical concentration in agriculture production. In turn, this concentration, beside the low performance of rural areas of Paraná, might reduce the rural family universe. These trends indicate the need of a revision of public policies for these families and the continuity of this kind of research as well.

Key words: rural development; occupations and income; new rurality.

*Agrônomo, doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Grupo de "Pesquisa em Mercados Não-Agrícolas Rurais". E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

**Economista, doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP. Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: can@ie.ufu.br

Artigo recebido para publicação em dezembro/2006. Aceito para publicação em agosto/2007.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos ocorreu um conjunto expressivo de transformações, que representa uma nova fase do progresso tecnológico e do processo de acumulação financeira do capital.

Essas transformações atingiram todos os setores da economia, e os três estados do Sul do Brasil não permaneceram imunes a elas, especialmente o Estado do Paraná. Libardi e Delgado (1999) apontam que os quatro principais vetores deste processo foram: duas décadas de taxas de crescimento econômico inferiores ao crescimento populacional, modernizações tecnológicas no processo de produção agrícola¹ que aumentaram substancialmente a produtividade do trabalho (reduzindo, conseqüentemente, a ocupação agrícola), o acirramento da concorrência com a abertura comercial (o que levou a um forte ajuste estrutural entre os agricultores familiares, significando redução do número destes), e políticas de valorização cambial e de juros sob uma lógica avessa à produção nacional.

Acrescentaríamos um quinto aspecto, que se refere a um movimento de deslocamento inter-regional de algumas atividades agroindustriais e produtivas para outras regiões do País,² um elemento novo que se denomina “deslocalização” agroindustrial (SOUZA, 2004).

Assim, assistiu-se a uma tendência da concentração da produção primária que conformou uma estrutura produtiva menos diversificada, tornando o setor muito mais vulnerável, considerando as tendências futuras de produção de *commodities*. A intensificação deste processo levou a uma redução das rendas dos agricultores devido ao crescimento da oferta e à estagnação da demanda, exigindo ampliação crescente das economias de escala (SUZUKI Jr., 1999, p.14).

O fato é que a conjugação destes aspectos afetou principalmente os agricultores menos capitalizados envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, ou seja, a pequena produção de base familiar, ou o segmento que se convencionou chamar de “agricultura familiar”.

A análise dos resultados apresentados por Delgado e Libardi (1999) indica adequadamente que a intensificação da tendência de redução do pessoal ocupado na agricultura na categoria trabalho familiar deve-se fundamentalmente à desarticulação das unidades produtivas, com um crescente esvaziamento populacional naqueles municípios cujo mercado de trabalho é fortemente dependente de atividades agrícolas. Ou seja, a desestruturação da “agricultura familiar” é a principal responsável pela redução da ocupação agrícola.

Essa questão é muito preocupante, uma vez que esta população é o principal grupo social com elevada proporção no conjunto populacional do Estado, mas também porque atualmente pode contribuir para a solução do desemprego. Por isso, é necessário repensar este processo de abandono e esvaziamento populacional, social e econômico que atinge principalmente esse segmento e suas implicações para a questão do desenvolvimento regional.

¹Neste aspecto é interessante observar que os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram os que apresentaram maiores incidências da modernização da base técnica de produção agrícola (KAGEYAMA; LEONE, 2002).

²Como enfatizou Suzuki Jr. (2001, p.14), esse processo ocorreu em função de algumas ações governamentais específicas de favorecimento à expansão de cultivos em outras regiões do País com impactos de magnitude ainda não totalmente previsível sobre as regiões produtoras tradicionais.

Este último tem sido objeto de preocupações e de formulações de políticas públicas nos países desenvolvidos (EUA e Europa), traçando objetivos explícitos de reversão de tais tendências (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

A reformulação das políticas de desenvolvimento atualmente contempla a questão da dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano, ou seja, as fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas, permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial a questão das múltiplas funcionalidades do rural, em que a sua imagem tem sido associada, com frequência, a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

As novas estratégias de desenvolvimento rural, bem como a preocupação crescente com a geração de ocupações e de renda, recolocam a necessidade de intervenções através de “novas políticas” que na verdade constituem uma reorientação das políticas públicas atuais, passando a tratar o rural não apenas como o somatório de um conjunto de atividades agropecuárias (GRAZIANO DA SILVA, 1999), mas considerando a presença de uma nova ruralidade.

Devido aos fatos anteriormente apontados, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as informações referentes à evolução das ocupações das famílias rurais e agrícolas no período 2001 a 2004, bem como comparar a composição das rendas obtidas nos mesmos anos pelas famílias rurais e famílias agrícolas urbanas. Pretende-se também traçar um panorama dos contornos que este segmento adquiriu no início deste novo século e sugerir modificações no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações foram obtidas por meio de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 a 2004 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizamos os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

1.1 O TRABALHO DAS PESSOAS

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio e são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras: idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos etc. Mas, também pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário da pesquisa o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência da mesma é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são dirigidas em relação à última semana deste mês, e ainda, se possível, ao dia 30 de setembro. Estes são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre todas as pessoas que exerceram alguma atividade de pelo menos uma hora na semana, seja em negócio

próprio ou de empregador, seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Antes de 1992, a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados.

Infelizmente essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs com as anteriores.³ Mas, a partir dos microdados, foi possível reconstruir a série utilizando-se os mesmos critérios dos anos 1980, excluindo-se aquelas pessoas que eram consideradas como ocupadas (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2001), que denominaremos aqui de "População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita" para distinguir dos dados publicados de 1992 em diante, aos quais designamos de "PEA ampliada". A utilização desse conceito se deve à opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho "ampliado" considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (DEL GROSSI, 1999).

1.2 A UNIDADE DE ANÁLISE

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, esta é a chamada família extensa, que comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um "fundo comum" de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio, os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de "pessoas de referência", "cônjuge", "filhos", "outros parentes" e "agregados". Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO⁴ de famílias que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta própria e assalariados).

Essa opção metodológica se deve a duas razões: primeiro, à necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada, mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, não se

³Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, "para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado". Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

⁴O projeto é uma pesquisa mais ampla coordenada pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) envolvendo várias instituições de pesquisa. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.⁵

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: famílias de **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **conta própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; e as famílias **não-ocupadas**: famílias sem empregador, conta própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa. Ainda, neste trabalho considerou-se principalmente como “agricultura familiar” exclusivamente o conjunto das famílias de conta própria. Mas, também se agregou ao conjunto das famílias de conta própria as empregadoras com até dois empregados considerando a ampliação da noção de agricultura familiar, o que é geralmente empregado na elaboração de políticas públicas.⁶

Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros, na semana de referência, em **agrícolas**: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas**: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas**: famílias nas quais pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e, outro, uma não-agrícola, ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

1.3 A NOÇÃO DE RURAL E URBANO

Quanto à definição das áreas rurais, estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que este venha a alterar o perímetro urbano.

⁵A esse respeito, ver o trabalho de Brun (1989).

⁶O corte das famílias empregadoras que vamos utilizar está baseado na classificação para efeitos de enquadramento no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que separa as famílias empregadoras com 3 ou mais empregados e aquelas com até dois empregados permanentes. Consideramos como representantes da agricultura familiar as famílias de conta própria, as quais, por definição, não contratam empregados permanentes, mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. E, quanto às famílias empregadoras com até dois empregados permanentes, sem, também, nenhuma restrição ao uso de trabalhadores temporários, trataremos como empresas familiares ou “*farmers caboclos*”, por representarem uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, em que não se separou completamente, ainda, a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (Sobre a categoria “*farmers caboclos*”, ver Graziano da Silva, 1999).

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com maior precisão, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais – extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais – núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente ditas. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** engloba as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite separar em duas grandes divisões: as regiões metropolitanas e as não-metropolitanas. As regiões metropolitanas são representadas pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída, e as regiões não-metropolitanas são representadas pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Dessa forma, consideraram-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

1.4 AS RENDAS DAS FAMÍLIAS NAS PNADs

As rendas declaradas nas PNADs podem apresentar uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas. Isto porque as PNADs pedem que as pessoas informem o rendimento do último mês, no caso de eles serem fixos (como os assalariados); e uma estimativa da média mensal no último ano para os rendimentos variáveis. No caso específico das rendas agrícolas, cujos preços e custos dos produtos variam sazonalmente, para se obter uma estimativa mensal fidedigna seriam necessários vários cálculos mesmo para aqueles

produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais correspondem ainda a uma pequena parte no País.

Del Grossi (1999, p.110) observa ainda que “na produção familiar, há uma parcela dos produtos que é destinada ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta próprias esteja subdeclarada”.

Infelizmente não foi possível corrigir a subestimação das rendas variáveis das PNADs, especialmente aquelas de origem agrícola. A opinião de especialistas, todavia, indica que a subestimação maior não tem origem nas rendas agrícolas, mas na subdeclaração das rendas mais altas em geral. Esta se constitui em uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas: a subestimação de valores, mais precisamente das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Assim, se a renda das famílias de conta própria está subdeclarada, a renda das famílias de empregadores está mais subestimada ainda, e não por falta do instrumento de coleta, mas pela subdeclaração das pessoas mais ricas.

2 EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS FAMÍLIAS RURAIS E AGRÍCOLAS: 2001-2004

A tabela 1, a seguir, apresenta as informações acerca da evolução do número de famílias, segundo a tipologia proposta, para os anos de 2001 a 2004.

No Estado do Paraná, em 2004, existiam aproximadamente 384 mil famílias residentes nas áreas rurais, que representavam 12,6% em relação ao total geral de famílias, que naquele ano alcançou mais de três milhões⁷ (3.056 mil famílias). Em relação ao número de famílias residentes apenas na região não-metropolitana, elas representavam aproximadamente 18%. Cabe mencionar que o número total de famílias rurais mostrou-se estagnado no período analisado.

Mas, a análise da tabela apresenta outros aspectos que merecem ser destacados. Pode-se observar que as famílias de conta própria são as de maior representatividade nas áreas rurais paranaenses. Em 2004, estas famílias alcançavam aproximadamente 52% em relação ao total de famílias rurais agropecuárias e mostravam-se em franca e significativa tendência de declínio no período considerado, em função da queda significativa do número de famílias cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas.

As famílias de conta própria agrícolas representavam 34,6% em relação ao total de famílias em 2004. Os demais tipos de famílias de conta própria (pluriativas e não-agrícolas) não apresentaram tendências confiáveis de crescimento ou de redução no período analisado. Apesar disso, vale destacar um fato muito importante: uma em cada quatro famílias da categoria dos ocupados por conta própria estava ocupada na condição de pluriativas, entre 2001 e 2004.

⁷Dada a questão de espaço, não apresentaremos a tabela com as informações gerais do total de famílias paranaenses no período 2001-2004.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS EXTENSAS, SEGUNDO TIPOS DE FAMÍLIA, EM ÁREAS NÃO-METROPOLITANAS RURAIS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ - 2001-2004

TIPO DE FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS				TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.) 2001/2004
	2001	2002	2003	2004	
Empregadora com mais de 2 empregados	2	3	4	3	-
Agrícola	1	1	1	1	-
Pluriativa	0	0	1	2	-
Não-agrícola	1	2	2	0	-
Empregadora com até 2 empregados	12	7	9	15	8,1
Agrícola	9	5	6	10	2,6
Pluriativa	2	2	2	4	-
Não-agrícola	1	0	1	2	-
Conta Própria	222	215	204	200	⁽¹⁾ -3,7**
Agrícola	158	145	144	133	⁽¹⁾ -5,1**
Pluriativa	50	59	45	51	-2,1
Não-agrícola	14	10	15	16	6,4
Empregados	125	121	129	136	⁽¹⁾ 3,3*
Agrícola	70	60	77	82	7,4
Pluriativa	17	22	21	13	-8,2
Não-Agrícola	38	39	41	42	0,1
Não-ocupada na semana	36	30	29	30	-5,1
TOTAL	399	375	375	384	-1,1

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

(1) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados, em que **, * significam respectivamente nível de significância de 5% e 20%.

As informações contidas na tabela 1 permitem identificar que o segundo grupo de família mais importante nas áreas rurais paranaenses é o de empregados. Em 2004, elas representavam 35,4% em relação ao total de famílias rurais agropecuárias, apresentando crescimento significativo no período considerado. Desse total, a maior parte das famílias de empregados trabalhava exclusivamente em atividades agrícolas, ou seja, aproximadamente 60% delas. No Estado do Paraná, no ano de 2004, estima-se a existência de 82 mil famílias de empregados em atividades exclusivamente agrícolas que vivem nas áreas rurais. Adicionando-se a este contingente as 43 mil famílias de empregados agrícolas das áreas não-metropolitanas urbanizadas, chegar-se-á a um total de 125 mil famílias de empregados agrícolas em 2004.⁸

Outro aspecto que vale destacar na mesma tabela é que as famílias de empregados pluriativas representavam 9,6% das famílias de empregados no ano de 2004. Se se somar o total de famílias de empregados agrícolas (rurais e urbanas) com as famílias de empregados pluriativos (rurais e urbanas), encontrar-se-á um número estimado de 188 mil famílias, que pode representar um potencial público de programa de reforma agrária, pois são grupos de famílias de trabalhadores sem-terra. É claro que se trata de uma estimativa grosseira, visto que existem, entre as famílias de conta própria, estratos que possuem pouca terra, o que certamente causaria a elevação desta estimativa.

⁸Dada a questão de espaço, também não será apresentada a tabela com as informações do número de famílias paranaenses na região não-metropolitana urbanizada no período 2001-2004.

As famílias empregadoras com até dois empregados representavam apenas 3,9% em relação ao total de famílias rurais em 2004, sendo que a maior parte delas era de famílias exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, as famílias empregadoras com mais de dois empregados constituíam o grupo minoritário, com menos de 1% em relação ao total de famílias no ano de 2004.

Finalmente, as famílias de não-ocupados constituíam, no ano de 2004, aproximadamente 7,8% do total de famílias, sem apresentar tendência significativa de crescimento ou diminuição. A somatória do número de famílias não-agrícolas com as de não-ocupadas resulta em aproximadamente 90 mil famílias, ou 23% em relação ao total no ano de 2004, famílias estas que *podem* estar fazendo das áreas rurais paranaenses apenas um local de moradia,⁹ estando, porém, estabilizadas no período analisado (2001-2004).

Para uma melhor averiguação especificamente da questão da redução do universo da agricultura familiar nas áreas rurais paranaenses, apresentamos os dados da tabela 2.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA E TIPOS DE FAMÍLIA, NAS ÁREAS NÃO-METROPOLITANAS RURAIS AGROPECUÁRIAS DO PARANÁ - 2001-2004

ESTRATOS DE ÁREA/TIPOS DE FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS				TAXA DE CRESCIMENTO (% ao ano) 2001/2004
	2001	2002	2003	2004	
Menos de 20 ha					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	133	129	118	125	-2,7
Somente conta própria	131	127	117	118	⁽¹⁾ -3,8*
Agricultora	102	93	94	85	⁽¹⁾ -4,9**
Pluriativa	29	34	22	33	-0,5
Tradicional	12	11	7	15	3,0
Inter-setorial	17	24	15	18	-3,0
De 20 ha a menos de 100 ha					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	63	62	56	54	⁽¹⁾ -5,7***
Somente conta própria	58	57	53	50	⁽¹⁾ -4,8***
Agricultora	47	43	40	38	-
Pluriativa	11	13	13	12	1,4
Tradicional	3	5	3	2	-10,5
Inter-setorial	8	8	10	10	-
100 ha e mais					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	10	4	10	10	-
Somente conta própria	7	3	6	7	-
Agricultora	5	1	6	6	-
Pluriativa	2	2	0	1	-
Tradicional	1	0	0	1	-
Inter-setorial	1	2	0	1	-
TOTAL	195	187	176	176	⁽¹⁾ -3,7***

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

(1) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados, em que ***, **, * significam respectivamente nível de significância de 5%, 10% e 20%.

⁹Infelizmente não podemos fazer uma afirmação categórica sobre este assunto, pois a PNAD não permite captar o local de exercício da atividade, o que leva apenas a supor que parte das famílias não-agrícolas pode exercer as atividades fora do rural e que, portanto, apenas reside no rural.

Inicialmente observa-se uma redução confiável do número total de famílias, no período considerado, da ordem de 3,7% ao ano. Nesta tabela também pode-se verificar que, sobretudo no menor estrato (menos de 20 hectares), existe uma redução muito significativa e forte das famílias do universo da agricultura familiar, em especial aquelas cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas.

Vale destacar, também, que os dados da tabela 2 mostram que a redução do universo da agricultura familiar ocorre também no estrato de 20 a menos de 100 hectares, tanto quando se considera uma noção quantitativa *ampla* da agricultura familiar, como quando se considera uma noção mais *restrita*, ou seja, tratando-se somente dos agricultores familiares que são as famílias de conta própria exclusivamente. Em resumo, as áreas rurais paranaenses no período 2001-2004 apresentaram uma redução importante do universo da agricultura familiar, ou seja, uma redução do número de unidades produtivas, e não apenas do número de ocupados.

É de grande interesse apresentar também as informações contidas na tabela 3, pois ela traz a evolução da agricultura familiar nas áreas não-metropolitanas urbanizadas.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA E TIPOS DE FAMÍLIA, NAS ÁREAS NÃO-METROPOLITANAS URBANIZADAS DO PARANÁ - 2001/2004

ESTRATOS DE ÁREA/TIPOS DE FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS				TAXA DE CRESCIMENTO (% ao ano) 2001/2004
	2001	2002	2003	2004	
Menos de 20 ha					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	23	24	27	27	⁽¹⁾ 6,0**
Somente conta própria	21	21	24	25	⁽¹⁾ 6,9*
Agricultora	8	8	8	9	1,7
Pluriativa	12	12	16	16	⁽¹⁾ 10,2*
Tradicional	1	1	2	1	-
Inter-setorial	11	11	15	15	⁽¹⁾ 11,5**
De 20 ha a menos de 100 ha					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	14	11	9	8	⁽¹⁾ -16,2***
Somente conta própria	8	10	8	5	-12,5
Agricultora	4	5	1	3	-
Pluriativa	4	5	7	2	-
Tradicional	0	0	0	0	-
Inter-setorial	4	5	7	2	-
100 ha e mais					
Conta própria e empregador com até 2 empregados	7	6	5	10	13,2
Somente conta própria	4	1	2	4	-
Agricultora	4	0	1	2	-
Pluriativa	1	1	1	2	-
Tradicional	0	0	0	0	-
Inter-setorial	1	1	1	2	-
TOTAL	33	32	34	34	⁽¹⁾ 2,0*

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

(1) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados, em que ***, **, * significam respectivamente nível de significância de 5%, 10% e 20%.

O primeiro aspecto a ressaltar é o crescimento confiável do número de famílias de agricultores familiares com domicílio não-metropolitano na área urbana como um todo, estando este ao redor de 2% ao ano. Também, verifica-se um aumento significativo da agricultura familiar e das famílias com pluriatividade intersetorial no estrato de área física inferior a 20 hectares, ou seja, a combinação por parte de membros das famílias do exercício de atividade agrícola e não-agrícola. Mas, no estrato de área compreendido entre 20 a menos de 100 hectares ocorre uma redução forte e muito significativa do número de agricultores familiares.

Em síntese, a análise dos dados relativos à evolução das formas de ocupações das famílias rurais e agrícolas do período 2001 a 2004, no Estado do Paraná, mostrou uma tendência de decréscimo significativo do número de famílias de conta própria, famílias estas que são pertencentes ao universo da agricultura familiar.

A explicação para este fato não é única. Pode-se afirmar que este grupo de família passa por um importante processo de adaptação às novas condições impostas pelo ambiente de mercado. A reestruturação dos anos 1990 impôs uma redução brutal dos preços dos produtos agrícolas combinada com uma taxa de câmbio sobrevalorizada, prejudicando diretamente o setor produtivo (SCHMIDT; HERRLEIN Jr., 2002) e acentuando as disparidades econômicas e sociais no campo.¹⁰

Complementarmente, essa situação provocou um reduzido dinamismo econômico entre esses agricultores, os quais, como se demonstrou, constituem uma parcela muito significativa da população residente em municípios rurais paranaenses, os quais se encontram envolvidos na produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, conforme argumentaram Vasconcelos e Castro (1999, p. 44). Essa afirmação a princípio pareceria ser válida apenas para a economia paranaense, mas trabalho recente de Delgado (2004) aponta para a possibilidade de expandi-la para todo o restante do País, em especial para a Região Sul e para o Nordeste do Brasil, onde ainda existe um “setor de subsistência” de grandes dimensões.

Além disso, pode-se argumentar que essa situação é o resultado deliberado do seguimento de um paradigma de desenvolvimento que se assenta principalmente na concessão de incentivos de natureza fiscal e financeira (nacional e estadual), tendo em vista a multiplicação de escalas e eficiências privadas, o que enfatiza a concentração espacial da produção na indústria e na agricultura, conforme expôs Lourenço (2006) ao apresentar as razões do descompasso entre os indicadores econômicos e sociais no contexto paranaense.

Em relação ao crescimento do número de agricultores familiares e da pluriatividade entre as famílias desta categoria nas áreas não-metropolitanas urbanizadas, em especial nos menores estratos de áreas físicas¹¹, este fato pode ser explicado de alguma forma pelo aumento da presença de atividades agrícolas nos pequenos e médios municípios paranaenses, bem como pela inserção desses agricultores no mercado de trabalho urbano. Esta situação configura um outro aspecto da ruralidade paranaense neste início de novo século, questão esta que mereceria ser verificada mais profundamente mediante outras pesquisas em localidades específicas pela coleta de dados primários.

¹⁰Informações apresentadas por Lourenço (2000, p.75) revelam que cerca de 2 milhões de hectares de lavouras foram substituídos por pastagens ao longo da década de 1990 no Estado do Paraná, conduzindo a um processo de expulsão de pequenos produtores do rural paranaense.

¹¹Áreas físicas de menos de 20 hectares, ou seja, provavelmente entre as famílias mais pobres.

2.1 COMPOSIÇÃO DAS RENDAS MÉDIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: 2001 e 2004

A tabela 4, a seguir, mostra as informações relativas à composição das rendas médias, segundo as diferentes fontes de renda dos distintos tipos de famílias, nas áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas no Estado do Paraná, nos anos de 2001 e 2004.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS, SEGUNDO LOCAL DE DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS - PARANÁ - 2001/2004

LOCAL DE DOMICÍLIO/TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)		NÃO-AGRÍCOLA (%)		APOSENT./PENSÕES (%)		OUTRAS (%)	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Áreas Rurais Agropecuárias Não-Metropolitanas	56,7	57,7	22,3	21,1	16,4	15,3	4,6	5,9
Empregador com mais de 2 empregados	22,6	50,6	52,1	23,6	9,6	2,9	15,8	22,9
Agrícola	75,5	51,7	0,0	0,0	9,4	0,0	15,1	48,3
Empregador com até 2 empregados	83,9	70,1	7,3	18,2	5,6	8,6	3,3	3,2
Agrícola	94,0	86,5	0,0	0,0	4,6	12,7	1,4	0,9
Pluriativa	42,0	60,3	25,5	28,9	14,5	5,0	18,1	5,8
Conta Própria	62,4	63,7	18,3	17,5	15,4	13,9	3,9	5,0
Agrícola	76,6	76,3	0,0	0,0	19,5	18,0	4,0	5,7
Pluriativa	58,2	59,9	29,8	25,8	9,5	9,5	2,5	4,7
Não-agrícola	0,0	0,0	86,6	94,2	7,2	4,1	6,2	1,7
Empregados	50,6	48,2	37,0	34,3	9,4	12,7	3,0	4,8
Agrícola	84,7	82,5	0,0	0,0	10,9	11,3	4,4	6,2
Pluriativa	56,2	47,3	32,0	34,6	8,6	17,5	3,2	0,7
Não-agrícola	0,0	0,0	89,8	82,4	8,8	12,9	1,4	4,7
Não-ocupada na semana	0,0	0,0	0,0	0,0	91,4	81,7	8,6	18,3

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Valores em R\$ set. 2001 e set. 2004.

Como se pode observar, a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais paranaenses, como um todo, não se alterou muito. A renda agrícola continua sendo a mais importante, compondo mais da metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda praticamente compõem o restante da renda familiar: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais, as aposentadorias/pensões. As chamadas 'outras rendas' são relativamente menores, ficando ao redor de 5% na composição das rendas médias familiares. Esse resultado está de acordo, de certa forma, com a literatura internacional, a qual aponta que "outras fontes de renda são muito menos importantes" na composição da renda média familiar rural (MACKINNON et al., 1991, p. 63). Para estes autores, bem como para nós, as três fontes principais de renda são agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de família é apresentada na seqüência deste artigo. Em relação às famílias conta própria, observa-se um pequeno aumento da participação das rendas agrícolas quando se comparam os anos de 2001 e 2004, e uma redução da participação das rendas não-agrícolas. A fonte de renda (aposentadorias/pensões) reduziu-se um pouco, especialmente entre as famílias de conta própria agrícola, representantes mais legítimas da agricultura familiar, mas ainda representa uma importante contribuição na renda familiar total.

Esse resultado confirma o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, o que outros autores já comprovaram.¹²

O aumento da participação das rendas agrícolas pode ser um reflexo da alteração mostrada pela renda agrícola das famílias conta própria pluriativas. A redução da participação das rendas não-agrícolas pode ser derivada da diminuição da participação das mesmas entre as famílias conta própria pluriativas, uma vez que as rendas não-agrícolas das famílias conta própria não-agrícolas apresentaram um aumento da sua participação na comparação dos anos de 2001 e 2004.

Em relação à composição das famílias de empregados como um todo, as informações disponíveis mostram uma redução da participação das rendas agrícolas. Chama atenção também o crescimento da participação das rendas oriundas de aposentadorias/pensões, atingindo quase 13% do total da renda familiar. Essas mudanças na composição das rendas das famílias de empregados podem ser mais bem averiguadas quando se analisa o que ocorreu com os outros tipos de famílias de empregados.

No grupo de famílias de empregados agrícolas não se verificam alterações substanciais na composição das rendas quando se comparam os anos de 2001 e 2004. Já, entre as famílias de empregados pluriativas, chamam a atenção o aumento da participação das rendas não-agrícolas e de aposentadorias/pensões e a redução da participação das rendas agrícolas. Mas, é no grupo de famílias de empregados não-agrícolas que se verifica a maior alteração na composição da renda: o grande aumento da participação das rendas de aposentadorias/pensões, chegando a quase 13% do total das rendas deste grupo de famílias, simultaneamente à redução da participação das rendas não-agrícolas.

Em relação às famílias empregadoras com até dois empregados nota-se uma redução da participação das rendas agrícolas e um aumento das rendas não-agrícolas e da fonte de renda aposentadorias/pensões. Nas famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas é que se observam as mudanças mais expressivas, a saber: um importante aumento das rendas agrícolas e da fonte de renda não-agrícola, mas também uma surpreendente diminuição das rendas de aposentadoria/pensões quando se comparam os anos de 2001 e 2004.

Cabe destacar que não se apresenta uma análise detalhada da composição das rendas das famílias empregadoras com mais de dois empregados porque estas constituem um grupo bastante pequeno nas áreas rurais paranaenses, o que provavelmente comprometeria uma análise mais consistente dos dados.

A tabela 5 traz as informações sobre a composição da renda média familiar da agricultura familiar nas áreas rurais não-metropolitanas paranaenses, segundo os estratos de área, nos anos de 2001 e 2004. O primeiro aspecto que merece ser destacado é que existe uma correspondência entre o aumento dos estratos de área e o crescimento da

¹²Os resultados da pesquisa de Delgado e Cardoso (2000) confirmam que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares. Os autores sugerem ainda que uma previdência social, combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais, constituiria um mecanismo importante para conter o êxodo rural e, ao mesmo tempo, funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

participação da fonte de renda agrícola na agricultura familiar em sua noção *ampla e restrita*, sendo que esta atinge acima de 90% da renda total no estrato de área de 100 hectares e mais.

TABELA 5 - COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO LOCAL DE DOMICÍLIO E ESTRATO DE ÁREA - PARANÁ-2001/2004

LOCAL DE DOMICÍLIO/ESTRATO DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)		NÃO-AGRÍCOLA (%)		APOSENTADORIAS/PENSÕES (%)		OUTRAS (%)	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Áreas Rurais Agropecuárias não-metropolitanas								
Menos de 20 ha								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	63,4	64,5	8,8	10,3	24,4	19,3	3,3	5,9
Agricultura familiar (somente conta própria)	64,1	65,5	8,7	6,9	24,1	20,6	3,1	7,0
Agrícola	67,7	65,9	0,0	0,0	28,5	24,5	3,8	9,6
Pluriativa	55,9	64,6	28,4	19,0	14,1	13,7	1,6	2,7
Tradicional	86,8	82,9	0,0	0,0	9,6	14,6	3,6	2,6
Inter-setorial	40,9	55,2	42,1	28,9	16,3	13,3	0,7	2,7
De 20 ha a menos de 100 ha								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	75,3	71,8	6,1	10,6	13,8	13,1	4,8	4,6
Agricultura familiar (somente conta própria)	73,9	71,9	7,0	11,3	14,3	11,9	4,9	4,9
Agrícola	77,4	80,4	0,0	0,0	16,7	16,4	5,9	3,2
Pluriativa	63,3	58,5	27,5	29,1	7,4	4,9	1,7	7,5
Tradicional	95,8	95,2	0,0	0,0	0,0	4,1	4,2	0,7
Inter-setorial	56,3	52,7	33,5	33,7	9,0	5,0	1,2	8,6
100 ha e mais								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	93,8	92,5	1,1	2,4	3,9	1,7	1,2	3,4
Agricultura familiar (somente conta própria)	92,0	96,0	0,9	0,5	6,6	3,4	0,5	0,1
Agrícola	92,0	97,9	0,0	0,0	7,4	2,0	0,5	0,1
Pluriativa	91,8	85,8	8,2	3,2	0,0	11,0	0,0	0,0
Tradicional	100,0	67,9	0,0	0,0	0,0	32,1	0,0	0,0
Inter-setorial	76,9	89,5	23,1	3,8	0,0	6,6	0,0	0,0
TOTAL (Agricultura familiar = conta-própria)	72,3	71,2	6,8	8,0	17,5	15,3	3,4	5,4
Agrícola	76,1	75,8	0,0	0,0	19,9	18,3	4,0	5,8
Pluriativa	61,3	62,8	26,7	22,8	10,5	9,6	1,6	4,7
Tradicional	91,0	85,5	0,0	0,0	5,8	12,5	3,2	2,0
Inter-setorial	49,2	55,6	37,5	30,1	12,4	8,7	0,9	5,6

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Valores em R\$ set. 2004.

Ao contrário da renda agrícola, no caso da fonte de renda de aposentadorias/pensões existe uma correspondência inversa, ou seja, à medida que se aumenta o estrato de área a tendência é de redução da participação desta fonte de renda no conjunto da renda familiar. Ou seja, pode-se afirmar que os agricultores familiares que possuem as menores áreas físicas são mais dependentes desta fonte de renda, sendo que em 2001 a fonte de renda aposentadoria/pensões participou com quase 25% da renda familiar, reduzindo-se a aproximadamente 20% em 2004.

É preciso afirmar, também, que são os agricultores familiares envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas e de menores estratos de área que são os mais dependentes desta fonte de renda. Essas observações complementam a análise anteriormente apresentada neste texto.

Vale destacar, na análise da tabela 5, que a participação da renda não-agrícola aumentou na comparação dos anos de 2001 e 2004. Mas, existe também uma correspondência inversa no caso desta fonte de renda. À medida que se aumentam os

estratos de área a participação desta fonte de renda tende a diminuir, especialmente quando se observam os valores do ano de 2001. Em relação às 'outras rendas', sua participação percentual em geral é bastante reduzida, mas no estrato de 100 hectares e mais ela é praticamente inexistente.

A tabela 6, a seguir, apresenta as informações sobre a composição da renda média familiar da agricultura familiar nas áreas urbanizadas não-metropolitanas. Pode-se observar, novamente, uma correspondência entre o aumento dos estratos de área e o crescimento da participação da fonte de renda agrícola na agricultura familiar, sendo que esta atinge quase 87% da renda total no estrato de área de 100 hectares e mais no ano de 2004.

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO LOCAL DE DOMICÍLIO E ESTRATO DE ÁREA - PARANÁ - 2001/2004

LOCAL DE DOMICÍLIO/ESTRATO DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)		NÃO-AGRÍCOLA (%)		APOSENTADORIAS/PENSÕES (%)		OUTRAS (%)	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Áreas Não-Metropolitanas Urbanizadas								
Menos de 20 ha								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	32,6	39,5	26,8	26,7	35,2	26,9	5,4	6,8
Agricultura familiar (somente conta própria)	34,4	43,9	33,6	26,8	28,1	19,9	3,9	9,4
Agrícola	55,7	47,1	0,0	0,0	39,0	49,5	5,2	3,5
Pluriativa	28,6	42,9	42,8	34,8	25,1	11,2	3,5	11,1
Tradicional	100,0	94,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0
Inter-setorial	26,6	41,9	44,0	35,4	25,8	11,4	3,6	11,2
De 20 ha a menos de 100 ha								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	64,0	56,2	21,3	18,2	11,4	19,5	3,2	6,1
Agricultura familiar (somente conta própria)	47,4	61,9	36,8	8,7	8,2	16,7	7,6	12,7
Agrícola	67,9	62,3	0,0	0,0	28,2	18,9	3,9	18,8
Pluriativa	40,6	61,5	49,0	16,8	1,6	14,6	8,8	7,1
Tradicional	-	-	-	-	-	-	-	-
Inter-setorial	40,6	61,5	49,0	16,8	1,6	14,6	8,8	7,1
100 ha e mais								
Agricultura familiar (conta própria e empregador com até 2 empregados)	76,6	86,8	2,3	4,6	11,3	3,4	9,9	5,2
Agricultura familiar (somente conta própria)	78,0	72,5	1,0	3,9	17,6	2,8	3,5	20,8
Agrícola	77,2	93,9	0,0	0,0	19,0	0,0	3,8	6,1
Pluriativa	87,2	61,4	12,8	5,9	0,0	4,2	0,0	28,4
Tradicional	-	-	-	-	-	-	-	-
Inter-setorial	87,2	61,4	12,8	5,9	0,0	4,2	0,0	28,4
TOTAL (Agricultura familiar = conta-própria)	49,9	53,9	25,8	17,8	19,5	16,0	4,9	12,3
Agrícola	70,6	62,2	0,0	0,0	25,2	27,3	4,1	10,5
Pluriativa	35,1	50,0	44,0	26,1	15,5	10,8	5,4	13,2
Tradicional	100,0	94,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0
Inter-setorial	34,1	49,5	44,8	26,4	15,7	10,9	5,5	13,2

FONTES: IBGE - PNAD, IE/UFU - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO

NOTA: Valores em R\$ set. 2004.

Em relação ao comportamento da fonte de renda de aposentadorias/pensões, esta renda mostra uma correspondência inversa, ou seja: à medida que se aumenta o estrato de área a tendência é de redução da participação desta fonte de renda no conjunto da renda familiar. Ou seja, pode-se afirmar que os agricultores familiares que possuem as menores áreas físicas são mais dependentes desta fonte de renda, sendo que em 2001 a fonte de renda aposentadoria/pensões teve uma participação acima de 35% da renda familiar, reduzindo-se a aproximadamente 27% em 2004. É preciso afirmar também que

são os agricultores familiares envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas e de menores estratos de área nas áreas urbanas os mais dependentes desta fonte de renda, atingindo a impressionante proporção de 49,5%. Com base nessas informações, é possível afirmar que entre os praticantes de atividades agrícolas que vivem nas cidades existem famílias que são altamente dependentes das rendas de aposentadorias e pensões.

Analisando-se a tabela 6, verifica-se que no caso da renda não-agrícola existe também uma correspondência inversa com relação aos estratos de área física total. À medida que se aumentam os estratos de área, a participação desta fonte de renda tende a diminuir, tanto no ano de 2001 quanto no ano de 2004.

Em relação às 'outras rendas', a sua participação percentual em geral é bastante reduzida, mas no estrato de '100 hectares e mais' ela é praticamente inexistente.

Em resumo, a análise da composição das rendas médias das famílias rurais paranaenses no período 2001-2004 mostra que houve um aumento da participação das rendas agrícolas e redução da fonte não-agrícola no conjunto da renda total familiar. Contudo, outro aspecto que vale ressaltar é a relevância da fonte de renda aposentadoria/pensões entre as famílias conta própria e de empregados cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas. Esta fonte de renda continua tendo um papel de destaque também na composição das rendas das famílias de conta própria agrícolas.

Quando se analisaram mais detalhadamente as informações referentes ao universo da agricultura familiar nas zonas rurais paranaenses, identificou-se a forte dependência destas em relação à fonte de renda aposentadorias/pensões, especialmente aqueles de menores estratos de área e cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas. Em relação aos agricultores familiares com residência urbana, sobressai a elevadíssima participação das rendas de aposentadorias/pensões na composição das rendas destas famílias, especificamente aquelas com menores estratos de área e com atividade exclusivamente agrícola.

CONCLUSÕES

A análise dos resultados a partir dos dados anteriormente apresentados relativos às ocupações das famílias agrícolas e rurais nos quatro primeiros anos do início desta nova década permite algumas conclusões, ainda que preliminares, acerca das ocupações e composição das rendas das famílias rurais e urbanas paranaenses, em especial da agricultura familiar.

A primeira constatação é que a análise da evolução das ocupações das famílias agrícolas e rurais paranaenses apresenta, entre outros, três aspectos que vale destacar mais uma vez. O primeiro é uma retração importante e significativa do número de agricultores familiares. Como foi mencionado, este fato deve estar relacionado ao reduzido dinamismo econômico apresentado por muitos municípios rurais paranaenses, bem como à exacerbação da competitividade na agricultura, que impõe crescentemente uma redução brutal dos preços dos produtos agrícolas, prejudicando diretamente o setor produtivo, particularmente neste importante grupo social. Some-se a isso a ênfase na busca de políticas de desenvolvimento centradas na concessão de incentivos fiscais e financeiros

para a multiplicação de escalas privadas, a qual impõe a concentração espacial e técnica da produção agrícola e industrial.

O segundo aspecto é o crescimento do número de famílias de agricultores familiares com os menores estratos de área (menos de 20 hectares) que residem em áreas urbanas com atividade agrícola e pluriativas, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, e que se configura em um novo aspecto da ruralidade. Esta é uma das temáticas de pesquisa mais recentes e de grande importância. Mas, seria preciso verificar se esta tendência irá se confirmar ao longo da próxima década.

O terceiro aspecto se refere à presença de 23% das famílias paranaenses que podem estar utilizando o meio rural apenas como local de moradia, todavia sem apresentar nenhuma tendência significativa de aumento ou diminuição ao longo do período analisado.

Ao analisar a composição das rendas das famílias, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a constituir a principal fonte de renda das famílias. A par disso, notou-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadoria/pensões para os diferentes grupos de famílias, em especial aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar. Mas, o que chama a atenção é o aumento da participação destas rendas no grupo de famílias de empregados como um todo. Provavelmente, neste grupo de famílias pode estar ocorrendo uma formalização do trabalho, o que, pouco a pouco, assegura os direitos trabalhistas, principalmente a previdência social, para este grupo de famílias. Mas também se verifica um crescimento da participação desta fonte de renda no grupo de famílias de empregados não-agrícolas, fato para o qual não se tem uma explicação muito clara até o momento. As análises das informações referentes à composição da renda média da agricultura familiar permitem afirmar que as rendas de aposentadorias e pensões nas áreas urbanas e rurais têm importante papel social e econômico, sobretudo entre as famílias situadas nos menores estratos de área física.

A análise comparativa da fonte de renda agrícola, nos anos de 2001 e 2004, mostra que a sua proporção cresceu entre as famílias de conta própria, especialmente as famílias de conta própria pluriativas. Isto parece sugerir que uma mudança no ambiente social e econômico favoreça as práticas agrícolas, isto é, qualquer sinalização em relação à melhoria de preços dos produtos agrícolas conduziria estas famílias a mudarem o balanço da composição das rendas agrícolas e não-agrícolas quando fazem uso do recurso da pluriatividade. Contudo, há que se confirmar esta hipótese mediante dados de um período mais longo, talvez por uma análise de toda uma década.

Com relação às chamadas 'outras rendas', estas apresentam participações bastante pequenas, em geral confirmando os resultados e as análises existentes na literatura internacional, bem como refletindo a mudança de comportamento das famílias rurais quanto ao uso de seus recursos em face de um ambiente marcado por estabilização econômica.

Esses resultados, em seu conjunto, apontam para a necessidade de redefinição das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, criando instrumentos que de fato permitam melhorar as condições de vida desta importante parcela da população rural e contribuir para um autêntico desenvolvimento rural. A estratégia para alcançar este desenvolvimento poderia ter como ponto de partida a consideração do papel da diversificação de atividades no meio rural, seja por meio da diversificação das atividades agrícolas ou das atividades não-agrícolas.

As informações apresentadas neste artigo contemplaram um curto período – quatro anos. Assim, consideramos prudente aprofundar a análise acrescentando outros anos na série, o que poderia reforçar ou refutar as tendências apontadas anteriormente em relação às formas de ocupação e às fontes de rendimento das famílias rurais paranaenses.

REFERÊNCIAS

- BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. *Économie Rurale*, n. 194, p. 3-8, nov./déc. 1989.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 621).
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. **ORNA'S: ocupações rurais não-agrícolas: anais...** Londrina: IAPAR, 2000. p. 35-54.
- DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea..** Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, 1025)
- DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na Região Sul do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 734).
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. Rural nonfarm employment and incomes in Brasil: patterns and evolution. *World Development*, v. 39, n. 3, p. 443-453, 2001.
- HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and statistics. *Journal of Rural Studies*, v. 15, n. 3, p. 345-358, 1999.
- HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEADE, v. 2, n. 1, p. 50-54, jan./mar. 1988.
- KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília: SOBER, v. 40, n. 1, p. 9-28, jan./mar. 2002.
- LIBARDI, D.; DELGADO, P. A redução do trabalho agrícola no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n. 95, p. 51-59, jan./abr. 1999.
- LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.
- LOURENÇO, G. M. Riqueza e desigualdade: contrastes do Paraná. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.28, n. 3-4, p.15-18, mar./abr. 2006.
- MACKINNON, N. et al. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. *Sociologia Ruralis*, v. 31, n. 1, p. 58-71, 1991.
- SCHMIDT, C.; HERRLEIN JR., R. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002.

SOUZA, M. de. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n.2, p. 523-543, 2004.

SUZUKI JR., J. T. A agricultura paranaense e o aproveitamento econômico das novas fronteiras agrícolas. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 23, n. 9-10, p.12-14, set./out. 2001.

SUZUKI JR., J. T. Rumos da agricultura no Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.21, n. 5-6, maio/jun. 1999.

VASCONCELOS, J. R. de; CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 624).